



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Proposta de Lei n.º 4/XV/1.ª

Aprova o Orçamento do Estado para 2022

Proposta de Alteração

Mapa IV

Mapa relativo à classificação orgânica das despesas do subsetor da Administração

Central

[...]

(Reforço de verbas total: € 20 115 725)

09 – Cultura

1 – MC – Atividades - SFA

03 – Outros serviços da cultura – € 197 779 047

(08 – Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P. - € 40 231 450)

Assembleia da República, 11 de maio de 2022

Os Deputados,

Alma Rivera, Bruno Dias, Paula Santos, Diana Ferreira, Jerónimo de Sousa, João Dias

Nota Justificativa:

O PCP não aceita que o cinema português e o ICA sofram rudes golpes ou deixem de existir sempre que as receitas de publicidade baixam ou sempre que os operadores de serviços de televisão percam subscritores, ou pura e simplesmente, se neguem a pagar a parte que lhes cabe. Por isso, propõe-se a assunção das despesas de funcionamento do ICA com verbas gerais do Orçamento do Estado, em complemento das taxas cobradas.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Além disso, de acordo com o Governo, o novo modelo de financiamento a ser colocado em prática com a transposição da diretiva europeia de serviços audiovisuais permitiria ao ICA um reforço de mais cinco milhões de euros anuais para apoios, com os custos de funcionamento a serem garantidos pelo Orçamento do Estado e a receita de taxas de publicidade alargada a operadores estrangeiros. Nos mapas do OE2021 consta a seguinte verba de reforço do ICA coberta por receitas dos nossos impostos: zero.

Quando confrontado esta semana na audição na especialidade do Orçamento do Estado com esta contradição, o SECAM desculpou-se com o facto de a lei não estar ainda promulgada e publicada. Só não explicou como terá cobertura orçamental esse reforço de verbas do ICA por via de receitas gerais do OE e não pelas taxas existentes até agora sem a devida previsão de despesas. Para que não haja desculpas, o PCP apresenta proposta em OE para que as despesas referentes ao ICA, incluindo as verbas de apoios públicos à criação cinematográfica, sejam asseguradas integralmente.